

CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

PROJETO DE LEI Nº 81/2025

Tauá-CE, em 12 de setembro de 2025.

Vereador Helio Pedrosa Castelo Neto

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO
POR 13 VOTOS FAVORÁVEIS
SALA DE SESSÕES 22/09/2025


PRESIDENTE DA CMT

Dispõe sobre a garantia do direito de preferência para matrícula e transferência escolar de filhos, crianças e adolescentes sob a guarda de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no âmbito do Município de Tauá, e dá outras providências.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ – CE

DECRETA:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ
VISTO EM SESSÃO

15/09/2025



PRESIDENTE DA CMT

Art. 1º - A mulher vítima de violência doméstica e familiar, de natureza física, psicológica e/ou sexual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), terá direito à preferência para matrícula e transferência de matrícula de seus filhos, ou de crianças e adolescentes sob sua guarda definitiva ou provisória, nas escolas da rede pública e privada de ensino do Município de Tauá.

Art. 2º - Para garantir o direito de preferência previsto nesta Lei, a mulher vítima de violência doméstica deverá apresentar:

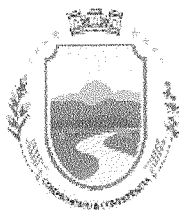
I – Cópia do Boletim de Ocorrência (B.O.) que registre a situação de violência doméstica e familiar; ou

II – Cópia da decisão judicial que concedeu medida protetiva, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 11.340/2006; ou

III – Relatório emitido por órgãos da rede de políticas para mulheres, do serviço de assistência social ou de saúde.

Os documentos mencionados no caput deste artigo e demais dados referentes ao direito concedido por esta Lei serão protegidos e mantidos sob sigilo pela instituição de ensino.

Art. 3º - Fica vedada qualquer forma de discriminação contra a mulher vítima de violência doméstica que requeira o direito de preferência garantido nesta Lei, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

como contra seus filhos, crianças ou adolescentes sob sua guarda definitiva ou provisória, matriculados em razão desse direito.

Art. 4º - A regulamentação desta Lei caberá ao Poder Executivo Municipal, em articulação com a Secretaria da Mulher, a Secretaria da Educação e demais pastas que se fizerem necessárias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Tauá, 12 de setembro de 2025.

Vereador Helio Pedrosa Castelo Neto

JUSTIFICATIVA

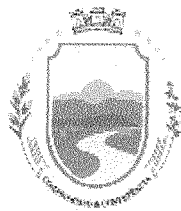
A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma grave violação de direitos humanos e uma realidade que afeta milhares de famílias brasileiras. Em muitos casos, além das agressões físicas, psicológicas e morais sofridas pela mulher, os filhos e dependentes também são diretamente atingidos, enfrentando dificuldades emocionais, sociais e até mesmo educacionais.

O direito à educação é fundamental e deve ser assegurado em todas as circunstâncias. Contudo, diante de uma situação de violência doméstica, a necessidade de transferência imediata da criança ou do adolescente para outra instituição de ensino, seja por motivos de segurança, seja para assegurar a continuidade dos estudos, torna-se urgente.

Este Projeto de Lei busca garantir prioridade na matrícula e transferência escolar dos filhos, crianças e adolescentes sob a guarda de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no âmbito do Município de Tauá, assegurando um atendimento mais ágil e humanizado.

A proposta está em consonância com a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, reforça a responsabilidade do Poder Público Municipal em adotar medidas que visem à proteção integral da família, das mulheres e das crianças, conforme os princípios constitucionais e os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).





CÂMARA MUNICIPAL DE

TAUÁ

Assim, trata-se de uma medida de proteção e inclusão social, que valoriza a dignidade da mulher vítima de violência e assegura o direito de seus filhos ou dependentes à continuidade dos estudos em ambiente seguro e adequado.

Diante da relevância da matéria e de sua importância para a rede de proteção às mulheres e crianças no Município de Tauá, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

HELIO PEDROSA CASTELO NETO
VEREADOR

